



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Filiada na Coordenadora Europeia Via Campesina

É “muita parra e pouca uva”

O “PROGRAMA DO GOVERNO PARA AGRICULTURA E FLORESTA” (e vem aí o Orçamento de Estado, 2010)

O “Programa” do actual Governo repete praticamente o programa eleitoral do partido que o sustém e mantém-se demasiado vago.

Com especial incidência na Agricultura e na Floresta, há dois sub-capítulos, com um total de 21 alíneas, onde se enunciam linhas programáticas demasiado “generalistas” para permitirem uma “radiografia” mais detalhada ao respectivo conteúdo. É “muita parra para pouca uva” apesar de algumas referências positivas.

Todavia, o que consta faz reçar que, no essencial, se mantenham as mesmas e destrutivas linhas nucleares das políticas agro-florestais anteriores, rumo:

- À completa liberalização da produção e das trocas comerciais; à desresponsabilização do Estado/Governo assim ao estilo do princípio errado de que “o Estado deve servir para ‘controlar’ os processos e não deve interferir noutros campos”; à concentração da produção e dos apoios oficiais nos “mesmos do costume”; a um sistema assente nas várias “fileiras” de produção/trans formação/comercialização dos Produtos, com os Agricultores Familiares a serem “transformados” em produtores de matéria-prima, a baixo preço, para a (grande) agro-indústria.

Do sub-capítulo da “Floresta e Indústrias da Madeira” salienta-se:

- 1 - A referência aos “mercados de carbono” (a dada parte incluindo até uma designação em inglês, não traduzida...).

Comentário:

- Espera-se que para o efeito também sejam consideradas as áreas (somadas) dos Baldios e das ZIF – Zonas de Intervenção Florestal.

2 – Sobre o “Acordo de Certificação Florestal”.

Comentário:

- Receia-se que este processo, se obedecer a uma concretização rígida e uniforme no nosso País, possa ser desastroso para a Floresta de uso múltiplo do minifúndio e para a Indústria de Serração de Madeiras.

3 - Aliás, neste sub-capítulo sobre a Floresta e Indústria da Madeira, o Governo não deixa de dedicar uma alínea à “promoção externa do móvel e dos produtos florestais dando já especial atenção à cortiça” (...).

Comentário:-

- Porém, falta uma referência ao indispensável apoio às pequenas e médias Serrações de Madeira que foram e ainda estão a ser sujeitas a novos investimentos em equipamento por causa do Nemátodo e que serão outra vez pressionadas com o eventual avanço da Certificação da Madeira.

4 - Destaque também para a já recorrente referência às ZIF – Zonas de Intervenção Florestal, desta vez com a intenção de vir a integrar “1 milhão de hectares em ZIF até 2013” e para a realização do “Cadastro Florestal” em igual período.

Comentário:

- Mas com que recursos financeiros e com que métodos?

4.1 - De igual forma é já recorrente a referência às Equipas de Sapadores Florestais, agora com a intenção de criar “300 Equipas de Sapadores Florestais até 2013” para vir a “consolidar 750 equipas”.

Comentário:

- Mas como, com que meios e que tipo de Equipas de Sapadores quando ainda não foram criadas todas as já “prometidas” anteriormente e quando a Autoridade Florestal Nacional mantém grandes atrasos nos pagamentos (reembolsos) às actuais Equipas de Sapadores Florestais?

5 - Entretanto uma questão central subsiste: - vai ou não o Governo dar prioridade à Floresta de uso múltiplo (minifúndio) em vez da prioridade que tem sido dada à Floresta Industrial e intensiva?



Do sub-capítulo “AGRICULTURA” destaca-se:

1 - O Governo começa por afirmar que vai “readaptar, flexibilizar e simplificar o ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural, de forma a ter um instrumento de combate à crise global que também atinge o sector agrícola e o mundo rural”. Como é sabido, o ProDeR é (pode ser), de facto, um instrumento nuclear da política nacional agro-florestal.

Comentário:

- Bem, dir-se-á que a intenção é boa mas também poderemos dizer que “de boas intenções está o inferno cheio”...

*É que, desde logo, a crise **nacional** do sector agrícola é ainda pior que a crise “global” pelo menos à escala da UE.*

E há esta crise toda, precisamente devido às más políticas agrícolas e de mercados definidas aos níveis mundial, europeu e nacional.

Portanto, são precisas outras e melhores políticas agrícolas e de mercados, ou seja, para estes objectivos é necessária uma reformulação profunda do actual ProDeR:

** - De forma a abandonar a teoria-fraude da “competitividade” e dos “competitivos” e a acabar com os vastos privilégios a esse pretexto concedidos aos grandes proprietários e à grande agro-indústria.*

** - De forma a dar toda a prioridade à Produção Nacional, às Explorações Agrícolas Familiares, aos Mercados Locais e Regionais, ao Consumo Interno, para assim alimentar melhor os Portugueses e toda a População e melhorar o rendimento dos nossos Agricultores, garantindo a Soberania e a Qualidade Alimentares.*



Ora, não parece que sejam estes os verdadeiros planos do Governo que, aliás, continua a destacar uma alínea específica para os “mesmos do costume” ou seja, “um Programa de Apoio à Exportação para as Empresas Agrícolas e Agro-Industriais”.

Assim, a crise geral e sectorial da Agricultura e do Mundo Rural vai manter-se a níveis críticos apesar de algumas referências mais positivas e até esperançosas noutras alíneas deste sub-capítulo.

2 - Referir, ainda, que o Governo cancela a “modulação voluntária” – a aplicação de reduções até 20% nas Ajudas aos grandes proprietários e à agro-indústria – a pretexto da aplicação da agora chamada “modulação progressiva obrigatória”.

Comentário:

- O anterior Governo (do mesmo partido) já tinha “cancelado”, e por duas vezes (2008 e 2009), a “modulação voluntária” e ainda não havia a hipótese da “modulação progressiva obrigatória”...

- Por outro lado, esta “modulação progressiva obrigatória”, nos termos já definidos pela UE, apenas poderá atingir reduções até 10% no mesmo tipo de Ajudas, – portanto, metade do valor máximo da “modulação voluntária” – ajudas essas hoje praticamente concentradas no RPU – Regime de Pagamento Único.

- 3 - Regista-se ainda que o Governo não consagra conteúdos programáticos ao até agora muito propalado “desenvolvimento rural”.

Outros (sub)capítulos programáticos:

- 1 - De várias formas, advirão grandes repercussões sobre a Agricultura e o Mundo Rural através do disposto noutro sub-capítulo, o do “Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida” particularmente nas respectivas alíneas sobre “recursos hídricos”; “conservação da natureza e da biodiversidade”; “aprofundamento da reforma fiscal ambiental”; “simplificar procedimentos e regime de licenciamentos e condicionamento prévios”; “revisão da Lei de Bases do Ambiente”.

Comentário:

- Como se receia, a actual “Lei da Água” – com a privatização “concessionada” do recurso – acarreta o aumento de custo da água para rega, o que é mau para o Sector; o “aprofundamento da reforma fiscal ambiental” também pode acarretar aumento de custos para os Agricultores; mesmo a “revisão da Lei de Bases do Ambiente” poderá ser penalizadora para as Explorações de tipo Familiar.



- 2 - No “Capítulo III – Políticas Sociais”, não se encontra nada que indicie, ainda que vagamente, uma revisão positiva do actual regime contributivo dos Agricultores para a Segurança Social onde é incomportável o custo das Contribuições Mensais dos Agricultores.

Orçamento de Estado – 2010

Em breve será conhecida a proposta governamental para o OE – 2010.

Nesta matéria, só há uma via positiva: - o do grande reforço do OE para a Agricultura e Mundo Rural.

De outra forma, a crise também se agudiza pela via do garrote orçamental que tem sido aplicado à Lavoura anos e anos a fio.

Medidas de Emergência para acudir à crise

A CNA salienta que no difícil contexto é necessário que o Governo aceite definir um verdadeiro “plano nacional de emergência” para acudir à crise do sector Agro-Florestal.

Para isso, também dever ter vontade política e capacidade de diálogo com os Agricultores e a CNA.

5 de Novembro de 2009

O Executivo da Direcção Nacional da C N A